



Anais da Assembléia

D.A. 028

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 31 DE MARÇO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Cristóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Daffio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

Atos da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/98

Súmula: Autoriza o Senhor Governador Jaime Lerner e a Senhora Vice-Governadora Emilia de Salles Belinati, ausentarem-se do País.

Data: 31 de março de 1998.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 173 da Constituição Estadual combinando com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Ficam autorizados o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, e o Senhora Emilia de Salles Belinati, Vice-Governadora do Estado, ausentarem-se ao País, até 31 de dezembro de 1998, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, quando no interesse da administração, venham ser necessárias viagens com destino a esses países, para tratar de assuntos referentes ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Parágrafo Único - A cada afastamento de que trata o "caput" do art. 1º, o Senhor Governador ou a Senhora Governadora do Estado comunicará prévia e expressamente à Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO",
em 31 de março de 1998.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/98

Súmula: Autoriza o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País.

Data: 31 de março de 1998.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 173 da Constituição

Estadual combinando com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, no período de 03 a 08 de abril do corrente ano, com destino à França, a fim de, como convidado de honra, comparecer à Feira Internacional de Rouen, oportunidade em que serão feitos contatos com vistas ao trato de assuntos de interesse do Estado do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO",
em 31 de março de 1998.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1998**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duilio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti

Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Sala das Sessões, em 31.03.98.
(a) VALDIR ROSSONI

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 013/98

Curitiba, 30.03.98.

Senhor Presidente.

Através da presente, tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembleia Legislativa, em conformidade com o disposto no inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, entre os dias 03 a 08 de abril próximo, com destino à França, a fim de, como convidado de honra, comparecer à Feira Internacional de Rouen, oportunidade em que, também, serão feitos contatos com vistas ao trato de assuntos de interesse do Estado do Paraná.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 429

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER preferência na discussão e votação do item 12, Projeto de Decreto Legislativo nº 002/98, da presente Ordem do Dia.

REQUERIMENTO Nº 406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 58/98 relativo à Mensagem nº 004/98 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 407

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 69/98 relativo à Mensagem nº 012/98 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 734/97 relativo à Mensagem nº 104/97 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 409

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 34/98 relativo à Mensagem nº 005/98 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 415

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões do item 11, 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 033/97, de autoria do Deputado Duílio Genari,

constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 410

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja arquivado o Projeto de Lei nº 630/97, que autoriza o Poder Executivo a prover os municípios do Estado, para pagamento de 13º salário, pela perda do objeto.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 417

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja o item 10 da Ordem do Dia da data de hoje, 31.03.98, o Projeto de Lei nº 034/98, de autoria do Poder Executivo, seja encaminhado à Comissão de Turismo desta Casa, para que seja analisado e seja oferecido um parecer.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a quebra do sigilo bancário do Deputado Florisvaldo Fier, tendo em vista notícias veiculadas na nossa imprensa, sobre desvios de salários do gabinete parlamentar do referido Parlamentar.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 425

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Douto Plenário, marcar para o dia 21 de maio de 1998, às 14:30 horas, a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Engenheiro AYRTON JOÃO CORNELSEN.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 402

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o encaminhamento de expediente aos Excelentíssimos Senhores MARIO CLÓVIS GASPARG, Prefeito Municipal, Vereador JOSÉ PAULO FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Jacarezinho, demais Vereadores e a imprensa escrita e falada, contendo votos de felicitações pelo transcurso do 98º aniversário de fundação daquele município.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

O desbravador do território do atual Município de Jacarezinho foi Antonio Calixto, que lá chegou no ano de 1886.

Calixto derrubou matas, plantou lavouras e construiu sua casa. Não demorou muito e as famílias de Joaquim Severo Batista e Francisco de Paula Figueiredo seguiram seus passos e se fixaram na região.

No ano de 1888 foi fundada a Fazenda da Prata, pela família Alcântara, de origem mineira, que chegou ao lugar em grande comitiva. Vieram o médico João Cândido de Souza Fortes e o Frei Inácio de Mello e Souza, que rezou a primeira missa e ergueu a primeira capela do lugar, abençoada em 25 de dezembro de 1895.

Com a notícia da fertilidade do solo, novos povoadores acorreram ao lugar, e o povoado cresceu. Em 04 de julho de 1890 se torna Distrito, com o nome de Nova Alcântara.

Joaquim Antonio Graciano e sua mulher Maria Sabina de Jesus, doaram

uma área de 50 alqueires de terras aos padroeiros do lugar: Nossa Senhora da Conceição e São Sebastião, isto em 1896, onde se ergueu outra capela, ao redor do qual foram emergindo várias residências. Data desta época a abertura da estrada de rodagem, que ligava o povoado ao Porto dos Alcântaras, no Rio Paranapanema.

A chamada "terceira leva de pioneiros", de Jacarezinho, deu-se nos anos de 1889/1890, quando chegaram as famílias do Doutor Costa Júnior, Júlio Cerqueira César, Manoel Brizola Veado, João Frutuoso de Mello e Balthazar Sodré. Passaram-se os anos e os moradores de Nova Alcântara se dedicavam ao desenvolvimento do lugar. Em 1896 inicia-se a exportação de café por parte de Francisco de Paula Abreu e Balthazar Sodré e verifica-se crescimento na criação de suínos.

Nova Alcântara ganha foro de município no dia 02 de abril de 1900, pela Lei Estadual nº 352, sancionada pelo Presidente do Estado, Francisco Xavier da Silva, com território desmembrado do Município de Tomazina, sendo que a instalação oficial deu-se em 05 de janeiro de 1901. A denominação Jacarezinho provém da Lei Estadual nº 471, de 03 de abril de 1903, em função de um rio que banha o município.

A criação da Comarca se deu pela Lei Estadual nº 525, de 09 de março de 1904, e pela Lei Estadual nº 1.021, em 28 de março de 1911 a sede municipal passa a categoria de cidade.

Poderíamos chamar de "quarta leva de migrantes", o fato de se registrar acentuado desenvolvimento no município a partir de 1910, com a vinda das famílias de Barbosa Ferraz, Pimenta, Leôncio de Castro, Luiz Antonio de Almeida Barros, Doutor Fernando Eugênio Martins Ribeiro e o Doutor Geraldo Pacheco Jordão.

Ao longo da história o Município de Jacarezinho sofreu diversos desmembramentos de seu território, resultante da criação de novas unidades municipais, o que efetivamente lhe conduz a lugar de destaque na historiografia paranaense.

Jacarezinho atualmente pertence à microrregião cinco (AMUNORPI) e o Prefeito Municipal é o Senhor MÁRIO CLÓVIS GASPAR. A Câmara Municipal é presidida pelo Vereador José Paulo

Pereira, e é composta pelos Vereadores Paulo Ribeiro, Cleide Cesco Mucilio, Israel Fernandes, Rafael Olivieri, Luiz Carlos da Silva, Gláucio Cícero da Silva, Antonio Felício Demétrio Filho, Septímio João Guilherme Biagini, Paulo César Garcia, Wilson Ferreira, Diogo Augusto Biato Filho, Cássia Faleiros, Antonio Carlos de Almeida e Sueli Carrijos Rodrigues (o Vereador Paulo César Garcia está licenciado e exerce o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico).

Dados Gerais do Município

Topônimo: De origem geográfica, em referência ao Rio Jacarezinho. O termo "Jacarezinho", diminutivo de jacaré, origina-se da língua Tupy "Yacare": aquele que olha de lado.

Dependência Genealógica: Jacarezinho emancipou-se em 02 de abril de 1900 de Tomazina, que se desmembrou em 06 de setembro de 1888 de São José da Boa Vista, que em 24 de março de 1876 se originou de Jaguariaíva, que se emancipou em 24 de abril de 1875 de Castro, que se desmembrou em 24 de setembro de 1788 de Curitiba, em que 29 de março de 1693 se originou de Paranaguá, criado por Carta Régia em 27 de julho de 1648.

Denominação dos Habitantes: Jacarezienses.

População: 41.401 habitantes (dados não oficiais).

Distrito: Sede

Limites: Barra do Jacaré, Cambará, Joaquim Távora, Ribeirão Claro, Santo Antonio da Platina e com o Estado de São Paulo.

Comarca: Jacarezinho.

Altitude: 435 metros.

Coordenadas: 23°09' 24" Latitude Sul, 49°58' 16" Longitude W-GR.

Extensão Territorial: 587.679 km²

Distância da Capital: 392 km

Clima: Sub-tropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas poucos frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22°C, e a dos meses mais frios é inferior a 18°C.

Padroeiro: São Sebastião, comemorado no dia 20 de janeiro.

Data de comemoração de aniversário do município: 20 de abril.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inserido na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, voto de congratulações e aplausos ao Senhor Doutor PAULINO ANDREOLI, Advogado, pelo excelente serviço prestado aos seus clientes e amigos, no Estado do Paraná e toda Região Sul do Brasil, advogado exemplar e figura ilibada na sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Antonio Paulino vem atendendo há 40 anos em seu escritório de advocacia nesta Cidade de Curitiba, aos seus clientes e amigos desta Comarca, Região Metropolitana e de todo o Estado do Paraná, com a maior dedicação e esmero.

REQUERIMENTO Nº 404

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inserido na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, voto de congratulações e aplausos ao Senhor EGON TARUHN, proprietário do Restaurante "Cantinho do Eisbein Ltda.", no Bairro da Água Verde, pelos relevantes serviços prestados à sociedade curitibana e ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Egon Taruhn, proprietário do Restaurante "Cantinho do Eisbein Ltda.", vem há vários anos atendendo aos seus clientes e amigos com a maior dedicação e empenho, servindo-lhes refeições de tradição alemã.

REQUERIMENTO Nº 405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam inserido na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, voto de congratulações e aplausos ao Senhor ERASMO BULZICO e ÉLIDA MARIA AMORIM BULZICO, sócios proprietários da Churrascaria "5 Sinos", pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes e

amigos dos municípios vizinhos de São José dos Pinhais e Curitiba.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Churrascaria "5 Sinos", de propriedade do Senhor e Senhora Erasmo e Élida Maria Amorim Bulzico, vem há vários anos desenvolvendo um excelente atendimento aos seus clientes e amigos dos municípios de São José dos Pinhais, Curitiba e Região Metropolitana.

REQUERIMENTO Nº 416

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Colégio Regente Feijó, pela comemoração de seu 71º aniversário de fundação.

O Colégio Regente Feijó, tombado pelo Patrimônio Histórico do Estado em 1990, um dos mais antigos de Ponta Grossa, ganhador do prêmio de Melhor Colégio de 1996 e um dos que mais aprova nos vestibulares da UEPG, comemora 71 anos no dia 1º de abril.

No início do Colégio havia 68 alunos, hoje conta com cerca de 3.300, sendo uma das instituições escolares mais procuradas do município por causa da sua qualidade e localização central. Por lá passaram várias personalidades da vida política, econômica e social de Ponta Grossa, tanto estudantes como professores.

Requer ainda, que a decisão da Casa seja dada ciência ao Colégio Regente Feijó, em nome do Diretor Clairton Antonio Bentivenha, professores, funcionários e alunos, sito na Rua do Rosário, 194, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 418

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Município de Palmeira pela comemoração de seu 179º aniversário.

Cidade reconhecida pelo clima saudável, muito contribui para o conceituado quadro econômico apresentado

pelo nosso Estado. Formada por uma população acolhedora e hospitaleira, que ao longo dos últimos 179 anos, vêm passando aos seus descendentes exemplo de lealdade e cidadania.

Requer ainda, que a decisão da Casa seja dada ciência a Prefeitura Municipal de Palmeira, em nome do Prefeito Mussolini Mansani; à Câmara Municipal, em nome da Presidente Solange Bacila e demais Vereadores; e a todos os munícipes, sito a Rua Marechal Floriano Peixoto, 11, em Palmeira.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Douto Plenário, informações sobre os convênios/contratos estabelecidos entre a administração direta e indireta do Governo do Estado com o Instituto Paraná Desenvolvimento - IPD, contendo no mínimo os seguintes tópicos:

- a) Quais os órgãos do Poder Executivo que estabeleceram convênios/contratos com o IPD?
- b) Qual o valor desses convênios/contratos?
- c) Qual o objeto estabelecido?
- d) Cópia dos documentos finais?

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 430

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matérias publicadas no jornal "Gazeta do Povo", nos dias 08.01.95, 09.01.95 e 10.01.95, sobre os temas: "Condições Financeiras do BANESTADO", "Fayet: BANESTADO analisa a expansão pelo MERCOSUL" e "Nova Diretora toma posse no BANESTADO", anexados ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Atendendo o disposto no inciso I, do art. 17, da Lei nº 11.802 de 17 de julho de 1997, nas liberações duodecimais, determinadas pelo artigo 136, da Constituição do Estado do Paraná, nos recursos orçamentários alocados pela Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, a Secretaria de Estado da Fazenda, dos valores destinados ao Poder Legislativo, deverá creditar:

- I. 63,2% (sessenta e três vírgula dois por cento) à Assembléia Legislativa; e,
- II. 36,8% (trinta e seis vírgula oito por cento) ao Tribunal de Contas.

Art. 2º - Os informativos enviados, pela Secretaria de Estado da Fazenda ao Poder Legislativo, deverão demonstrar o atendimento do disposto no artigo 1º, deste Decreto Legislativo.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(aa) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

O inciso I do artigo 17, da Lei nº 11.802, de 17 de julho de 1997, determina:

"Art. 17 - O projeto de Lei Orçamentária para 1998, destinará recursos do Tesouro Geral do Estado aos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - ao orçamento do Poder Legislativo, correspondendo a até 5% (cinco por cento) da Receita Geral do Estado, ..., cabendo à Assembléia Legislativa o percentual de 3,16% e ao Tribunal de Contas o percentual de 1,84%."

Do definido na LDO/1997, ficou manifesto os percentuais a cada órgão do Legislativo tem direito de ser creditado, para atender às suas despesas perante o exercício de 1998.

O projeto visa, precipuamente, atender princípio constitucional, previsto no inciso III, do § 3º, do art.

133, da Constituição do Estado do Paraná, que determina que "A Lei de Diretrizes Orçamentárias, de caráter anual, compreenderá os critérios para distribuição setorial... dos recursos para os órgãos dos poderes do Estado."

O plano legal ora apresentado, pretende que o setor competente da administração financeira do Estado obedeça os procedimentos de modo a atender o delineado na Constituição e na legislação vigente.

Ante o exposto, fica manifesto a urgente necessidade de aprovação do presente para balizar as despesas dos órgãos pretendentes ao Legislativo, pois a eles cabe dar exemplo de parcimônia, aos demais setores a quem lhes cabe fiscalizar.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica instituído o Projeto de Orçamento Estadual Regionalizado com a finalidade de contribuir na elaboração do Orçamento Geral e Anual do Estado do Paraná.

Art. 2º - A Assembléia Legislativa através da Comissão Coordenadora de Deputados promoverá audiências públicas nas diversas regiões do Estado.

§ 1º - As Audiências Públicas Regionais terão por objetivo levantar as reivindicações dos municípios e relacionar as prioridades a serem apresentadas ao Orçamento Estadual.

§ 2º - Em cada Audiência Pública Regional será escolhido um representante para compor o Conselho Estadual de Orçamento Regionalizado, cuja principal atribuição será a de acompanhar a elaboração final da proposta orçamentária.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Resolução visa democratizar a elaboração do Orçamento Anual do Estado do Paraná promovendo reuniões nas diversas regiões

do Estado e buscando atender as diversas reivindicações da comunidade em suas legítimas aspirações.

Por ocasião da discussão do orçamento estadual, uma Comissão Coordenadora de Deputados em conjunto com os demais Senhores Parlamentares, sobretudo da região em que ocorrer a reunião, promoverá reuniões com os diversos agentes da sociedade civil, e que desta forma terão condições de participar ativamente da elaboração da proposta definitiva.

O Orçamento Regionalizado dará melhores e maiores condições para que a Comunidade se manifeste em suas necessidades proporcionando ao Legislativo condições efetivas na deliberação da peça programática anual.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 078/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O imposto de que trata o artigo 155, II, da Constituição Federal não incidirá sobre o fornecimento de energia elétrica aos municípios desde que destinada aos seus próprios municipais e para a iluminação das vias públicas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei pretende a introdução de uma novidade tributária cujo objetivo é a economia de recursos públicos municipais. Objetivamente, trata-se da inclusão do fornecimento de energia elétrica para os municípios, destinada para a iluminação pública, nas hipóteses de não incidência do ICMS, alcançando as contas de consumo dos próprios municipais.

O amparo constitucional está retratado na Constituição Federal, mais precisamente no artigo 150, "das limitações do poder de tributar", que no inciso VI, veda à União, aos Estados e aos Municípios, "instituir imposto sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros."

A presente emenda visa, pois, equacionar o mandamento constitucional às disposições internas do Estado do Paraná em seu relacionamento com os municípios.

PROJETO DE LEI Nº 079/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Nas rodovias do território do Estado do Paraná, sob o domínio ou administração do Poder Público Estadual ou da iniciativa privada, estará isento de taxas ou outro tipo de pagamento nos postos de pedágio, os seguintes veículos:

- I. de transporte coletivo;
- II. bicicletas e os de tração animal;
- III. caminhões de transporte de carga e máquinas agrícolas.
- IV. tratores e outros veículos de atividade agrícola.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A privatização das rodovias do Estado, haverá de ter critérios para não atrofiar a economia e encarecer os custos de transporte do povo pobre, que usa o transporte coletivo, nem o pequeno agricultor que transita com sua máquina para colher o fruto da terra.

Além disso, muitas empresas, instaladas no Paraná, em especial na região Oeste, serão extremamente prejudicadas, pois deverão arcar com mais uma pesada despesa: a taxa de pedágio. Para transportar suas mercadorias ou para comprar produtos oriundos do Porto de Paranaguá, os comerciantes e os industriais arcarão com mais essa despesa, aumentando o custo, inviabilizando a permanência naquela região. Além disso, vai aumentar o tão combatido Custo Brasil.

Com isso, corremos o risco de sofrer o "efeito dominó", ou "efeito cascata", com o repasse dos custos do pedágio para as mercadorias, ou seja, o consumidor, que já pagou via impostos a construção e a manutenção das rodovias paranaenses, acabará pagando indiretamente mais essa despesa, que

poderá vir a ser embutida no valor do produto comprado.

O pedágio penaliza a sociedade como um todo. Penaliza o contribuinte, o consumidor, o agricultor e, também, penaliza a indústria e o comércio do Paraná. Entendemos que, esse Projeto de Lei vem ao encontro dos anseios da comunidade paranaense, minimizando os efeitos do pedágio para quem produz e trabalha pelo Paraná.

Isso posto, peço o apoio dos Senhores Deputados para a tramitação desse Projeto de Lei nesta colenda Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 080/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de São Mateus do Sul.

Parágrafo Único - Fica incluído os Municípios de Antônio Olinto e São João do Triunfo na área de abrangência da CIRETRAN de São Mateus do Sul.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionários necessárias para o funcionamento da CIRETRAN ficarão a cargo do Município de São Mateus do Sul.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, caberá o treinamento do funcionário público municipal a ser colocado à disposição da CIRETRAN de São Mateus do Sul.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Município de São Mateus do Sul, através do seu desenvolvimento nas últimas décadas, já faz por merecer a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito na sede do município.

A área de abrangência da CIRETRAN de São Mateus do Sul a ser criada através deste Projeto de Lei, inclui os vizinhos Municípios de Antô-

nio Olinto e São João do Triunfo, que constituem uma região de grande concentração de veículos automotores.

Sendo assim, verificando a necessidade da criação da CIRETRAN de São Mateus do Sul, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 081/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar à Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba, o imóvel constituído pelo lote de terreno, sob nº 06 (seis) da quadra nº 13 (treze), sob número de ordem 15.185, registrado no Registro de Imóveis - 1ª Circunscrição do Município de São José dos Pinhais, situado na Cidade de Guaratuba.

Parágrafo Único - O imóvel acima descrito servirá como sede da Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que nele existam ou que por ventura venha ser edificadas no Estado do Paraná, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba vem prestando relevantes serviços à comunidade do Litoral do Paraná e necessita, com urgência, melhorar a sua sede, onde centenas de pessoas são atendidas, diariamente, pelos serviços médicos, odontológicos, assistenciais, advocatícios, etc.

A sede da Colônia está situada em imóvel pertencente ao Estado do Paraná e como podendo perceber pelas fotos anexadas ao projeto, a edificação que abriga a colônia está em péssima situação de conservação, justificando a solicitação da entidade, pois com a posse do imóvel, a Colônia de Pescadores poderá realizar serviços para recuperar a sede e torná-la apta para receber a comunidade de Guaratuba e região.

Curitiba, terça, em 31.03.98

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 082/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Quedas do Iguaçu tem por objetivo desenvolver ações que concorram para o atendimento da criança, dentro de um conceito familiar, nas cinco áreas que interferirão diretamente no seu crescimento e desenvolvimento (educação, saúde, nutrição, saneamento e aspectos legais).

Sendo assim, sabedores do excelente trabalho que a referida associação faz com a comunidade carente de Quedas do Iguaçu, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 083/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o FESTIVAL DE HARMÔNICAS DE CURITIBA.

Art. 2º - Compete ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Cultura, a regulamentação da presente lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei que ora propomos, tem a finalidade de instituir o FESTIVAL DE HARMÔNICAS DE CURITIBA.

A presente medida altamente significativa, encontra-se voltada aos interesses sociais, bem como pretende impulsionar o desenvolvimento cultural em nosso Estado.

Cabe ressaltar a importância da instituição do referido evento, proporcionando relações sociais do nosso Estado, a nível nacional e internacional.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa, à aprovação da referida proposta.

PROJETO DE LEI Nº 084/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituva, com sede e foro na Cidade de Imbituva, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituva, que ora encaminha para que seja declarado de Utilidade Pública Estadual, foi criado pelos trabalhadores rurais daquele município, no dia 28.02.90, registrado sob nº 2.224 - Livro B9 de 09.04.90, inscrita no CGC/MF nº 77.783.207/0001-04, estando em pleno funcionamento em cumprimento ao disposto em seu estatuto.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituva, foi criado com o objetivo principal de atender os anseios e necessidades dos trabalhadores rurais, colaborar com os poderes públicos e demais associações, visando a solidariedade social, na consecução de suas finalidades.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituva, atendendo o que dispõe seu Estatuto, no tocante às suas prerrogativas, desenvolve atividades nas áreas de assistência social, treinamento e qualificação de mão-de-obra rural, também, desenvolve em con-

vênio com entidades congêneres, atividades culturais, esportivas e recreativas, envolvendo diversos segmentos da comunidade. Demonstrando com isto, a consecução de seus objetivos.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em apreço além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, razões que me leva a propor, que a entidade em pauta, seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 085/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Servidores Municipais de Fazenda Rio Grande - ASSMUF, com sede e foro na Cidade de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Doutor Bayard Osna - EPG, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada pelos professores, pais e alunos da escola mencionada, no dia 15.05.95, e registrada sob nº 18.842, em 19.01.96, Cartório de Registro de Títulos e Documentos, da Comarca da Fazenda Rio Grande, tendo por objetivo colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração da família-escola-comunidade, mediante ação integrada com os demais segmentos da sociedade. A Associação está inscrita no CGC/MF sob nº 01.011.195/0001-38, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A Associação em epígrafe, além de desenvolver seus objetivos, também coopera com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, no desenvolvimento de programas de interesse comunitário, especialmente aqueles voltados às áreas de assistência social, da educação da Cultura, do esporte e do lazer.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em apreço além de cum-

prir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, razões que me leva a propor, que a entidade em pauta, seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 086/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro à Rua José Vitalino Koproski, s/n, no Município de Santana do Itararé, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.98.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Santana do Itararé, fundada em 31 de março de 1982, é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, criada com o intuito de atender à comunidade, principalmente a crianças nas áreas que interferem diretamente no seu crescimento e desenvolvimento, tais como: educação, saúde, nutrição, saneamento, e principalmente dar condições para que a criança fique integrada à sociedade e permaneça no seio da família.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - (Lê): "Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhora Deputada.

No momento em que a Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE, comemora sua expansão e consolidação nos quatro campus universitários, localizados em Foz do Iguaçu, Cascavel, Marechal Cândido Rondon e Toledo, um movimento salutar toma corpo na região em prol de sua universidade pública e gratuita.

A sociedade do Extremo-Oeste do Paraná uniu-se em torno de seu campus universitário, em Foz do Iguaçu, contando hoje com 7 cursos de graduação, para auxiliar no planejamento das

ações que viabilizem a expansão daquela unidade, possibilitando um crescimento ordenado e com suporte de recursos financeiros e orçamentários.

Os cursos de graduação da UNIOESTE/Foz são: Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Engenharia Elétrica, Letras com habilitação em Português/Espanhol, Matemática e Turismo.

Exemplo de parceria comunitária na consecução de objetivos comuns, a Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida, instituição católica com apoio de sua congênere na Itália, que é o Instituto Di Imaculata, está garantindo o repasse de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) para a primeira turma de alunos do curso de Enfermagem, que está aprovado em sua carta consulta, necessitando apenas de uma autorização do Conselho Universitário para realizar o vestibular em julho deste ano.

E mais, se for aprovado a sua continuidade pelo Governo Estadual, a extensão do curso de Enfermagem receberá um incentivo financeiro internacional para estabelecer Mestrado em Enfermagem no campus de Foz do Iguaçu, além do intercâmbio de professores da Comunidade Européia.

Ressalto a importância deste acordo feito pela instituição católica, que trouxe recentemente a Foz do Iguaçu, dois diretores de escolas de enfermagem italianas, localizadas em Milão e Roma.

É a contribuição da sociedade com sua universidade gratuita.

Outro curso com carta consulta aprovada pelo Conselho Universitário é o de Engenharia Ambiental, que se obter o apoio do Governo Estadual para sua implantação, poderá ter seu primeiro vestibular em janeiro de 1999.

Mas, a luta da sociedade oestina não se restringe a apenas mais dois cursos de graduação. Um Conselho de Cidadãos, denominado de Grupo Comunitário Pró UNIOESTE/Foz, foi montado para assessorar a direção da instituição universitária, criando condições de conhecer as aspirações de 11 municípios que são servidos pelo Campus de Foz do Iguaçu, e estimulando o apoio para sua consolidação, contando com uma campanha de publicidade, desenvol-

vida gratuitamente por publicitários e órgãos de comunicação.

Serão distribuídos para todos os segmentos da sociedade mais de 29 mil exemplares de um questionário que poderá dimensionar o anseio da comunidade para com sua Universidade Pública e Gratuita.

Os resultados desta pesquisa serão trazidos a Curitiba em audiência especial na Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e também na Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e também com o Governador Jaime Lerner.

Nossa contribuição está alicerçada nas emendas aprovadas no Orçamento do Estado do Paraná, garantindo recursos exclusivamente para o campus de Foz do Iguaçu, como também na atuação junto ao Grupo Comunitário.

Esperamos que a nossa Universidade Pública e Gratuita receba a atenção merecida e que o campus de Foz do Iguaçu possa desenvolver-se, garantindo um alicerce de desenvolvimento para aquela região e para a sociedade que contribui para seu funcionamento.

Obrigado, Senhor Presidente."

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Com a palavra o Deputado João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria hoje, nesta oportunidade em que estamos com o colega médico Doutor Raul Vanderayt, pesquisador que está fazendo um trabalho de doutorado em São Paulo. Na prática, ele teria que fazer um trabalho em grupo e chegou aqui na Assembléia Legislativa e propôs que comentássemos aos Deputados o trabalho interessante de uma avaliação médica, química, bioquímica, enfim, todo o tipo de exames sofisticados, para avaliar as atividades dos Deputados.

Hoje ele está aqui como alguém que vai fazer este projeto a nível nacional e internacional. Até hoje nunca se fez uma avaliação dos efeitos que causa todo este "stress", toda esta intensidade de preocupação dos Parlamentares. Ele queria fazer uma proposta de avaliação dos Senhores Deputados.

São vários os parâmetros, os objetivos específicos: avaliar a composição corporal; determinar os níveis de lipídios sanguíneos e a glicemia; determinar a pressão arterial; determinar a atividade física; identificar os hábitos alimentares; intervenção para a correção dos fatores de risco identificados. Depois, seria feita a determinação da composição corporal: medidas de peso e altura; pregas cutâneas; relação cintura/quadril; bioimpedância; densitometria. As condições físicas: avaliação fisiológica; avaliação bioquímica: colesterol total, HDL, LDL, triglicerídios, glicemia. Avaliação dietética: inquérito de consumo alimentar.

Isto seria um acompanhamento inicial que poderá se prolongar por período maior - um ano, dois anos - dependendo das fases de avaliação.

Portanto, o Doutor Raul se coloca à disposição dos Parlamentares que desejarem, para que se faça uma primeira avaliação e se inicie um trabalho de pesquisa. Isto já foi feito em São Paulo com um grupo de advogados e ele teve a brilhante idéia de fazer aqui também, com a concordância do nosso Presidente Anibal Khury, apesar de ele ter dito inicialmente que não faria a avaliação, porém podemos mudar... e também do vice-Presidente, Deputado Luiz Carlos Zuk.

Estamos à disposição, nosso gabinete ficará à disposição também para se fazer um primeiro contato. Vai ser sigiloso, de maneira a não ter resultados imediatos, pode-se fazer particularmente.

Era isso que gostaria de dizer. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Acho de fundamental importância o pronunciamento do Deputado João Techy, porque para o Deputado Pessuti, para mim - não é pela gordura - o senhor não é gordo, é o seu porte, se o senhor emagrecer vai ficar horrível demais. Então, cada um tem um porte físico.

Acho de fundamental importância que o Doutor Techy veio aqui, Pessuti, sabe por quê? Porque o "stress" me

pegou já vai para três anos, e eu não acreditava, imaginava o "stress" uma doença de milionários, de ricos. E com a minha convivência como Deputado - sempre Deputado do povo, sempre essa votação monstruosa que faço no Paraná - eu ficava, conversava com pessoas e diziam que estavam estressadas. E eu perguntava: "Mas o que é isso, 'stress'?" Via muito isso na elite dominante. E até que um dia, andando no corredor da Assembléia - o Doutor Techy não estava aqui, não era Deputado - acabei caindo no corredor, me deu uma tontura muito grande, Deputado Horácio. E ali falei: "O que está acontecendo?" Bom, para finalizar, Doutor Techy, fui internado no Hospital Nossa Senhora das Graças - um dos maiores hospitais da Capital - fiz ressonância magnética para saber se estava com câncer na cabeça, fiz tomografia computadorizada, fiz exame dos pulmões, fiz todos os exames de sangue, tudo o que se pode imaginar. O "stress", uma hora me atacava o braço, uma hora a perna. E o que mais me impressionou nesta doença é que ela me atacou os dentes. Ai tive que abrir alguns dentes para ver se era o canal - não era o canal - e fechava os dentes. Estou me recuperando agora com "Frontal": um "Frontal" e meio de manhã, um à uma hora da tarde e um e meio à noite. Estou começando a recuperar. Mas essa doença - vi no "Fantástico" na semana passada, na Rede Globo, aliás, com o meu médico: "Não, Alborghetti, você é muito agitado, você quer salvar o mundo, você quer resolver todos os problemas! Você levanta às seis horas da manhã, não almoça, come mal, não se alimenta, não anda!"

Comecei a andar quarenta minutos todos os dias. Complicou mais ainda. Por exemplo, no domingo e no sábado andei três quilômetros.

Achei importante esta vindo do ilustre médico a esse Parlamento, porque eu, acompanhando o "Globo Repórter" recentemente, vi que agora estão tentando descobrir alguma coisa sobre o "stress" nos Estados Unidos. Daqui a pouco aparece um "picareta" na televisão, com um remédio dizendo que o negócio do tubarão, que o não-sei-o-qué, que garrafada, curam o "stress". É a picaretagem da televisão para se ven-

der medicamento e eu não entro em nada disso.

Estava ouvindo atentamente Vossa Excelência. Conte com o meu apoio desde já! Gostaria que todos os Senhores Parlamentares entendessem que pagamos aqui um pecúlio pós-morte, graças ao Deputado Pessuti.

Vocês viram ontem a discussão dos Deputados Ângelo Vanhoni, José Maria e Valdir Rossoni. Esta discussão foi tão grande, que eu estava passando mal na 2ª Secretaria! Você sai daqui com a cabeça arrebitada! Vou para o meu gabinete e tem um fila de um quilômetro me esperando. Não sei o que faço para salvar o mundo!

Os Deputados Horácio, Luiz Accorsi, enfim, todos precisam desse acompanhamento médico nesta Casa. E eu acharia importante que esse acompanhamento fosse em todas as Assembléias Legislativas do Brasil, inclusive no Congresso Federal. Isso é muito importante!

Posso falar de cadeira o que é o "stress". O "stress" me atacou no sábado, no joelho, e eu não conseguia andar. Corri no consultório do Doutor Mário Cume, fizemos uma radiografia e não havia nada no joelho. Era "stress". Ele ataca, paralisa. É uma doença que nunca vi na minha vida.

Fiquei doente porque quero atender os problemas de todo mundo. Achei que era o salvador do mundo, como Deputado. Você, quando se elege e vem para essa Casa, acha que vai salvar e resolver os problemas do mundo e que tudo vai melhorar. Mas não sai daqui! Dêem uma olhada no concreto. Nada sai daqui!

Como diz a gíria do meu filho adolescente: "É 'caô', 171 na cabeça, papai!" Até eu aprendi esses dias atrás, porque não sabia o que era "caô", Tavares. O meu filho chegou para mim e falou: "Pára com esse 'caô' na minha cabeça! 171, papai!"

Então, fica essa história de que vou resolver, vou salvar, mas não sai deste concreto, aqui. Ficamos aqui: levanta e senta, levanta e senta... e não se resolve nada! Quem resolve é o "homem" que está lá no Palácio! "Ele" é que resolve. Não precisa nem mandar para cá.

Querem é sacanear a eleição na minha universidade, em Londrina, mas

se depender de mim, isto não acontecerá!

Meus parabéns, conte com o meu apoio! A maioria, aliás todos aqui, estão estressados, é que eles não sabem.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Anunciamos, a pedido do Deputado Luiz Accorsi, a presença do Vereador de nova Londrina, Vereador Silva.

Anunciamos também, a pedido do ilustre Deputado Kielse, a presença do Prefeito de Nova Flórida, Pedro, que aqui se encontra juntamente com outros companheiros.

A Mesa registra com satisfação, a presença dos ilustres visitantes.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiro gostaria, acompanhando o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, anunciar a presença do Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Professor Jackson Proença, juntamente com o Diretor do Centro de Ciências Jurídicas da mesma Universidade.

O Professor Jackson, para os que não são da região, termina o seu mandato agora em abril, e tem uma chapa já registrada, tendo como vice o ex-Deputado Estadual Márcio Almeida. Eles concorrem em chapa única, isto dado à condição da sua gestão frente àquela instituição, não só para a região norte do Paraná, mas para todo o Estado do Paraná. Assim, deixo registrado a presença destes dois eminentes homens da nossa Universidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Trago ao conhecimento desta Casa, uma reivindicação que estes dias atrás fui portador. Com o advento da "Lei Kandir", foram compensado os créditos de ICMS destinados à exportação. Estes créditos, evidentemente, depois de homologados pela Secretaria da Fazenda, era permitida a sua comercialização junto às empresas que necessitavam fazer o recolhimento junto à Secretaria de Finanças.

Ocorre que - não sabemos por quais razões, pelo menos não justificadas - a Secretaria da Fazenda, no mês de Fevereiro, simplesmente não

homologou os créditos apresentados para que fosse comercializados. Ora, num momento em que o crédito está curto, momento em que os juros permanecem altos, todo recurso que entra para capital de giro, entra com a finalidade de financiar a atividade produtiva de nosso Estado.

Não sendo homologado o mês de fevereiro, fomos até a Secretaria com alguns empresários e lá obtivemos a resposta, que foi apenas o mês de fevereiro porque tinha apenas dezoito dias úteis de recolhimento, mas que o crédito seria, de imediato, ajustado para o mês de março, que estamos encerrando hoje.

E qual não foi a surpresa deste final de mês... ao apresentar as guias, simplesmente a Secretaria da Fazenda não acolheu os créditos e baixou uma instrução que estaria tendo um prazo, aproximadamente, de noventa dias. Com mais trinta dias que já tinha atrasado por conta, teríamos um hiato aí de cento e vinte dias.

Ora, isto é, para muitas empresas do Paraná, a respiração financeira que elas estavam tendo para poder continuar suas atividades, gerando empregos, permitindo que elas pudessem continuar pagando impostos em outras áreas.

Observamos que essas empresas, que por justiça têm direito ao crédito, não estão recebendo do Estado. Entretanto, há outras que estão chegando, que não prestaram o serviço ao Estado do Paraná, que não contribuíram para a nossa economia, que não permitiram a geração de empregos - e os números se propagam - no entanto, estas estão recebendo os benefícios da dilação de prazo de ICMS e toda a sorte de incentivo, para que aqui possam se instalar e produzir.

Não somos contrários ao processo de industrialização, somos contrários ao processo de discriminação que está se realizando, efetivando em relação às empresas já existentes e implantadas no Paraná. Por isso, solicitados à Liderança do Governo, ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, que busque entendimento junto a área financeira do Governo, para que possamos ter oportunidade de permitir a essas empresas o aproveitamento do crédito o mais rápido possível.

Já tenho, inclusive, informações de que algumas empresas que usam o crédito no sistema DALBREC - a importação do qual não é penalizado pela cobrança do ICMS, porque o produto que é utilizado como insumo para ser exportado - o produto acabado - já não está mais sendo comprado no mercado brasileiro. Já estão importando, porque a não homologação dos créditos de ICMS, deixou de ser interessante às empresas do Paraná. É um alerta que faço à Secretaria da Fazenda, do que está ocorrendo. E é um alerta a esta Casa, porque com certeza isto redundará em menos postos de serviços em nosso Estado.

Este era o assunto que gostaria de abordar nesta tarde. Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna hoje, é começar uma discussão com a Assembléia Legislativa do Paraná, com relação às concessões das rodovias, a privatização das mesmas e a cobrança de pedágio.

Existe uma preocupação muito grande no interior do Estado - sobretudo no Oeste do Paraná - com relação à implantação do Programa de Melhorias das Estradas na BR-277, que foi delegada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para o Estado do Paraná administrar, que por sua vez concedeu à iniciativa privada. É a primeira notícia impactante que a duplicação da BR-277 entre Santa Tereziinha de Itaipu a Cascavel, só sai daqui a sete anos, aproximadamente.

A segunda notícia impactante é que em breve estarão cobrando pedágios, inclusive em valores como se a BR estivesse duplicada. Terceiro, é que não tem critério para estabelecimento desses pedágios. E nem as melhorias de 3ª pista de readequação das áreas de fuga, serão contempladas para começar a cobrança do pedágio.

Empresas transportadoras localizadas no Oeste do Paraná se inviabilizarão, na medida em que se pega o produto do Paraguai, do Mato Grosso e trazem até Paranaguá. A quantidade de

pedágios para estas empresas seria então, melhor e compensatória para a concorrência: ser instaladas em Guaraçuva e tentar competir na transportação, por exemplo, dessa região. Então, é um alerta preocupante.

Estamos protocolando um Projeto de Lei aqui na Casa, estabelecendo esses critérios, e inclusive isentando transporte coletivo de pagamento de pedágio, seja em domínio do Estado ou pela iniciativa privada. Porque transporte coletivo atende ao povo pobre do Paraná, que usa prioritariamente como meio de transporte o ônibus, a "Kombi", as "Topic's" e outros carros similares de transporte coletivo. Serão estas pessoas que terão que arcar com o pedágio, porque serão repassados para as passagens. Atendendo, sobretudo, a massa da população com menos recursos financeiros, para que não paguem pedágio nas rodovias, sobre domínio ou administradas pela iniciativa privada no Estado do Paraná.

Espero apoio a esse Projeto de Lei. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra a presença do Vereador Francisco Alves Mantovani, com muita satisfação.

Com a palavra o Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com muita alegria que subo à tribuna dessa Casa, não só o Deputado Nelson Tureck, mas também o Deputado Edno Guimarães, Nelson Garcia, Walmor Trentini e principalmente o Estado do Paraná, esta Casa de Leis, o nosso Deputado Luiz Carlos Alborghetti de poder vir aqui, nesta tribuna, e falar do contentamento da Região Centro-Oeste do Estado do Paraná, principalmente Campo Mourão.

Dizer dos compromissos do Governador Jaime Lerner, de uma estrada que era um sonho de quase 50 anos, a famosa "Estrada Boiadeira". A estrada que foi anunciada pelo Governador na sua ida a Campo Mourão em junho, anunciada em Umuarama no mês de julho, quando o governo assumiu a responsabilidade do início da construção desta rodovia tão importante. E pudemos agora sentir a alegria e o contentamento, e testemunhar aqui. O Governador Jaime Lerner

iria iniciar as obras no meio de setembro, como a "Estrada Boiadeira" é uma rodovia federal, ela não entrou naquelas rodovias estadualizadas pelo Governo, que ficou sob a responsabilidade do Governo do Estado nos seus 1.650 quilômetros.

O Governo Federal assumiu a responsabilidade, através do DNER, de construir esta rodovia. O prazo foi dado no mês de março. E agora, tivemos o reconhecimento do Governo Federal e do DER, comunicando ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes, o início desta rodovia.

Deputado Edno Guimarães, nós, que sempre reivindicamos junto ao Governo Federal, junto ao Governo do Estado, inclusive recursos alocados no Orçamento do Estado, no valor de onze milhões e seiscentos mil reais. Temos agora a liberação de cinco milhões e quatrocentos mil reais. Uma obra que, nesse mês de abril, estará sendo construída pelo DNER e pelo Governo Federal.

Portanto, podemos aqui, com alegria e satisfação, dizer que temos um Governo de credibilidade, um Governo que obras e mais obras são implantadas neste Estado do Paraná e que em nenhum município deixa de existir obras do Governador Jaime Lerner! Podemos dizer aqui, com muita propriedade: viva o Governo do Paraná! Viva o povo do Paraná! Viva esta Casa! Porque os 50 anos de sonhos hoje se tornam realidade na construção da "Estrada Boiadeira" graças a um Governo de credibilidade que se chama Jaime Lerner.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury)
- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Professor e Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria registrar aqui, Deputado Nelson Tureck - e embora o seu Governo muito pouco tem a oferecer à população brasileira paranaense - há de se registrar que o Governo Federal tem como Ministro dos Transportes - tenho, coincidentemente, até algumas divergências com o Ministro Eliseu Padilha - mas tenho que reconhecer que a medida do Ministro Eliseu Padilha, Ministro dos Transportes, do PMDB, Senhor Pre-

sidente e Senhores Deputados, em tocar à frente esta obra de maior importância do nosso Estado e digna de grande alegria para nós da Bancada do PMDB, saber que o Ministro Padilha está lá representando o nosso Partido e trabalhando firme para poder melhorar as condições de transporte do nosso Estado.

Aliás, muito diferente do que faz este Governador Jaime Lerner, que agora os números estão vindo cada vez mais às claras e saibam os Senhores Deputados, as empreiteiras que ganharam de graça as nossas estradas, vão faturar por mês 45 milhões de reais! É muito dinheiro, hein? Quinhentos e quarenta milhões por ano é o faturamento das empreiteiras, Deputado Plauto Miró Guimarães!

Queria, Senhor Presidente e Senhores Deputados, na verdade, me ater ao tema que me trouxe a esta tribuna. Deputado Valdir Rossoni, queria a sua atenção, porque Vossa Excelência ontem veio à tribuna, sempre daquela forma que Vossa Excelência costuma ocupar, para dizer que, em relação ao BANESTADO, a responsabilidade era dos Governos do PMDB.

Quero aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, lembrar daquela sessão que tivemos, com a presença do ex-Presidente Luiz Antônio Fayet. Mas, queria mesmo, era buscar uma declaração do ex-Deputado Fayet, dada no dia 10 de janeiro de 1995, na "Gazeta do Povo", que dizia o seguinte (Lê):

"NOVA DIRETORIA TOMA POSSE NO BANESTADO"

Ao tomar posse na presidência do BANESTADO, Luiz Antônio Fayet disse ontem que encontrou o banco em situação 'altamente favorável' levando-se em consideração a realidade atual. 'Conheço os números do banco desde antes da minha posse e estou tranqüilo', destacou, repetindo a prioridade do BANESTADO ao MERCOSUL.

A definição das outras prioridades, segundo Fayet, vai ser feita de forma conjunta com o governo, Secretaria de Fazenda. Nas próximas semanas será elaborado um plano de diretrizes para a atuação do BANESTADO, tratando da venda de bens e ajustes operacionais. Serão analisadas as operações efetuadas pelo banco para ver a neces-

cidade de cancelar algumas, manter outras e criar novas operações. Fayet quer apresentar várias opções ao governador para que ele decida as operações a serem efetivadas.

A idéia do novo presidente do BANESTADO é começar uma renovação da rede de agências. Mas qualquer mudança, segundo ele será feita a partir dos relatórios da diretoria. Esta deve ser a marca da sua gestão. Dentro deste princípio, mal tomou posse, Fayet convocou uma reunião dos gerentes da capital, Região Metropolitana e litoral.

DEL PARANÁ

Sobre o Banco Del Paraná, Luiz Antônio Fayet, depois de nomear a sua presidência o ex-auditor do Banco Central Nelson dos Santos, comentou que prefere a implantação de agências do próprio BANESTADO no exterior, do que a criação de bancos subsidiários, 'por questões operacionais'. Para ele, 'o pessoal próprio' do banco tem mais compromisso com a instituição. Sem ter um parecer pronto acerca do futuro do Del Paraná, o novo presidente do BANESTADO não descartou a sua extinção, e prometeu a continuidade de todas as auditorias já iniciadas para investigar possíveis irregularidades."

"FAYET: BANESTADO ANALISA A EXPANSÃO PELO MERCOSUL

Em breve o BANESTADO deverá abrir agências em todos os países integrantes do MERCOSUL e no Chile, e a conveniência ou não da expansão do Banco Del Paraná, braço paraguaio do BANESTADO, vai ser analisada dentro da ótica do MERCOSUL. A informação foi prestada à Gazeta do Povo por Luiz Antônio Fayet, que assume a presidência do BANESTADO hoje, às 11 horas, na sede do conglomerado, em Santa Cândida. As ações do banco junto ao MERCOSUL serão feitas de forma integrada com as secretarias da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico e Assuntos Estratégicos.

Segundo Fayet, a tônica da sua administração será baseada no programa do governo Jaime Lerner. 'Fazer uma transformação total no estado, dando ênfase ao desenvolvimento econômico que ficou paralisado durante muitos anos'. Desta forma, disse Fayet, a

população não vai precisar 'da esmola do governo' e terá a capacidade de construir o seu futuro por si mesmo.

Lembrando que embora seja um banco estatal, o BANESTADO está sujeito às mesmas regras dos bancos privados, o que coloca igualmente no mercado competitivo no qual sobrevivem os mais eficientes. 'Acho interessante a atual saúde do BANESTADO, dentro deste mercado altamente competitivo, principalmente nesta época em que há muita confusão no mercado financeiro da área estatal'.

'Enquanto o BANESTADO trabalha com tranquilidade, há intervenção no BANESPA e no BANERJ', destacou. 'O BANESTADO deverá ser cada vez menos heterogêneo e cada vez mais banco', complementou.

O novo presidente do BANESTADO é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná e tem Administração pela mesma universidade. Tem curso de desenvolvimento nos Estados Unidos. É empresário, consultor de economia, ex-assessor do ministro da Economia, ex-presidente do BANESP, da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento e ex-secretário adjunto do Ministério da Fazenda."

Declarações estar do Presidente do BANESTADO, nomeado pelo Governador Jaime Lerner, Luiz Antônio Fayet.

Deputado Valdir Rossoni, creio que vamos continuar consultando os jornais da época e vamos continuar encontrando as declarações do Presidente e a esta Casa, que foram dadas em Sessão Secreta, quando se demonstrou cabalmente a situação favorável que vivia o nosso Estado.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, creio eu que ontem demos um passo importante ao mobilizarmos a sociedade paranaense e formarmos aqui nesta Casa, com a presença dos Senadores Roberto Requião e Osmar Dias, de Deputados Federais e Deputados Estaduais, lideranças sindicais e da sociedade e da formação do comitê de defesa do BANESTADO.

Foi com muita satisfação que pudemos fazer uma visita ao Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, porque enquanto nos reuníamos com ele, o Senhor Giovanni Gionedis - esta figura que esconde atrás de si interesses

inconfessáveis e também, é claro, embora muito mais abrangente, mas escondendo atrás de si o Governador Jaime Lerner - assinava em Brasília um atestado de burrice. Digo o porquê de burrice: enquanto ele assinava a proposta de privatizar o Banco do Estado, o próprio Governo Federal criava - era só ele ter lido o "Caderno de Economia" da "Gazeta do Povo" - e que o Banco Central prorrogava o prazo para que as instituições financeiras estaduais pudessem discutir os seus programas de saneamento.

Se tivesse ele, minimamente, vontade de manter o Banco como um Banco público, de interesse político em preservar o Governador Jaime Lerner desse desgaste terrível, que é entregar um Banco com 70 anos de história, de bons serviços prestados à comunidade paranaense, não teria ele assinado o famoso protocolo com o Banco Central, protocolo esse, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que é altamente lesivo à sociedade paranaense.

Comprometeu-se o Governo do Estado do Paraná - aliás, sem passar por esta Casa de Leis - a vender o Banco, a privatizá-lo daqui a um ano. É claro que não cumprimos esse protocolo. É claro que o nosso Governo tomará medidas enérgicas para poder na verdade, responsabilizar aqueles que praticam atos lesivos ao interesse público, mas sobretudo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é muito estranho ao constarmos os números que são ofertados à opinião pública...

O Sr. Ângelo Vanhoni - Me permite um breve aparte?

(Assentimento)

Deputado Luiz Claudio Romanelli, fico me perguntando e pergunto ao Presidente Anibal Khury: não sei porque - se aprovamos uma lei no dia 31 de dezembro para sanear o Banco do Estado e os números são todos próximos daqueles números que temos na lei de 31 de dezembro - o Governo do Estado do Paraná, o Gionédís não comunicou ao Presidente da Casa, não comunicou ao Líder Deputado Valdir Rossoni, que o Banco Central estava impondo algumas dificuldades para aprovação da lei.

Tenho certeza Deputado Rossoni, se houvesse um pouco mais de vontade política - imaginem este cenário - de que a Assembléia Legislativa fosse lá

se reunir com o Banco Central junto com a Bancada Federal, junto com os três Senadores, para forçar o Banco Central a aceitar os termos do acordo que estavam previstos na Lei nº 714 que votamos aqui, de 31 de dezembro do ano passado.

Fico surpreso de como esta questão da privatização do Banco do Estado foi decidida, única e exclusivamente entre o Giovani Gionédís e os técnicos do Banco Central.

Vejo o exemplo, agora, do Governador do Rio de Janeiro - Marcelo Alencar - que tinha o prazo final de ontem e de hoje para assinar o acordo da rolagem da sua dívida de 700 milhões de reais que tinha que depositar em dinheiro. E o Banco Central não aceitou a prorrogação e o Marcelo Alencar disse assim: "Então não vou pagar!" Aí o rapaz do Banco Central disse assim: "Bom, então vai ficar com problemas!" Então, o que o Pedro Parente fez? Ontem mesmo voltou atrás e prorrogou por 90 dias o prazo para o Rio de Janeiro negociar uma dívida de 7 bilhões de reais, dando para o Governador Marcelo Alencar um prazo de nove meses para poder depositar 700 milhões.

Eu me pergunto: será que o Banco do Estado não teria esta mesma condição de, por causa de 350 milhões, sanear o Banco, resolver o problema do Banco do Estado do Paraná, se tivéssemos um pouquinho mais de vontade política e de apoio de toda a comunidade do Paraná, para resolver o problema do Banco do Estado? Parece-me, Deputado Romanelli, que houve uma precipitação. Não quero pensar outras coisas. Mas acho que houve, no mínimo, uma precipitação do Secretário Giovani Gionédís e do Governador do Estado em aceitar a privatização do Banco do Estado.

Acho que isso vai trazer um drama terrível para o Estado do Paraná do ponto de vista social, mais de oito mil funcionários do Banco do Estado serão demitidos e os problemas sociais vão se agravar na nossa economia.

Então, gostaria de contribuir com Vossa Excelência no seu discurso, porque de todo esse episódio, não posso entender como que o destino de um Banco, com a história que tem, com a importância que tem para o Paraná, possa ter sido resolvido sem sequer um comunicado a qualquer representante de

qualquer setor da classe política e empresarial do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Obrigado, Deputado Ângelo Vanhoni.

Queria, Senhor Presidente e Senhores Deputados, tentar entender aqui alguns números. A famosa conta que o Governo intitula - 575 milhões do BADEP. Fomos buscar explicações, Deputado Valdir Rossoni, o BANESTADO tinha um CDI de 189 milhões. CDI, Vossa Excelência deve saber, é quanto que o Banco estava buscando no mercado interbancário para poder, obviamente, fazer frente a este compromisso. Mais 285 milhões de carteira de fomento e mais 94 milhões da BANESTADO Reflorestadora, totalizando 575 milhões. Ou seja, a equação matemática que foi feita aqui, foi no sentido justamente de criar mecanismos, a atual Diretoria criou mecanismos para impedir prejuízos no balanço no exercício de 96. Além tem a conta do SCVS, mais 404 milhões e as operações inadimplentes, 50 milhões de reais na BANESTADO Leasing, que o senhor sabe, Deputado Valdir Rossoni, do roubo que houve, ladrões que roubaram o dinheiro da BANESTADO Leasing e mais 350 milhões, no Banco.

Além disso, é claro, os famosos precatórios, 150 milhões dos precatórios podres, Deputado Valdir Rossoni, que um dia Vossa Excelência disse que eu era leviano quando disse que os precatórios iam micar - e micaram mesmo. Está na conta do Governo, inclusive, aqui hoje. E os famosos créditos tributários...

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Romanelli, só queria dizer a Vossa Excelência que estou ouvindo seu pronunciamento com atenção, sem interrompê-lo - veja a forma como estou me comportando - e espero que quando eu for à tribuna, Vossa Excelência tenha o mesmo procedimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - É a segunda vez que sou interrompido. Se Vossa Excelência quer fazer um aparte, pode fazê-lo. Gosto de ouvir argumentações inteligentes, não quero monólogos.

Quero dizer que o que estamos assistindo é uma violência contra uma instituição que tem 10 mil funcionários, que tem uma estrutura extraordinária,

que alavanca a economia do Paraná há mais de 70 anos, que como bem me lembrava o nosso Presidente, Deputado Anibal Khury, hoje, todo o Governo que entra, fala: "O BANESTADO está quebrado." "Quebrou o BANESTADO."

Ora, não é possível que assistamos passivamente a entrega do patrimônio público, quando há "soluções". Há soluções muito mais inteligentes, Deputado Valdir Rossoni, do que vender o Banco para alguns amigos, e se fazer uma negociata com o BRADESCO ou com o HASBC, sei lá. Não é possível que os paranaenses assistam passivamente a traição que o Governo Jaime Lerner pratica ao interesse público e ao interesse do Estado do Paraná.

Tenho em minhas mãos, aqui, Presidente Anibal Khury - consegui, depois que inventaram a "xerox", não tem mais segredo - Deputado Orlando Pessutti, o contrato de financiamento, que entre si celebram, o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, e a Chrysler do Brasil Ltda. Esse aqui é o financiamento de 5 milhões de dólares, que o FDE que está nessa conta que acabei de ler - 575 milhões de dólares - que o FDE deu para a Chrysler, e quais as condições, Deputado Alborghe-tti? As condições são as seguintes: o FDE, naturalmente representado pelo BANESTADO, deu o dinheiro à vista, uma parcela de 270 milhões e 70 mil reais, e o restante também dentro de 30 dias, para ser pago - sabe quando, Deputado Nelson Justus - esses cinco milhões? No ano 2007, 25 de março de 2007!

Vou ler a 3ª cláusula: A Beneficiária. Quem é a Beneficiária? A Chrysler do Brasil! A beneficiária obriga-se a pagar integralmente o empréstimo ora contratado em 120 meses, ou seja, em 25.03.2007, a contar da data de liberação do recurso pelo seu valor nominal, em uma única parcela, sem juros, sem comissão ou encargos e sem correção monetária. O que significa isso? Se o País tiver uma inflação de 5% ao ano, durante 10 anos, de cada 100 reais desse dinheiro que foi emprestado, a Chrysler só vai devolver 38, Senhor Presidente e Deputado Nelson Justus, esse aqui é um dos poucos, é o único documento que consegui da Chrysler, esse é da compra do terreno. Imagine quando eu começar a conseguir o resto dos documentos?

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é uma desfaçatez enorme assistirmos o que esse Governo que trai o povo do Paraná, está fazendo. Não é possível que nós aqui, passivamente - e os Deputados que sustentam este Governo não podem, conheço Vossas Excelências, não podem concordar com o que está sendo praticado no Paraná. Dar 45 milhões por mês para as empreiteiras, de presente, para explorar pedágio de rodovia... Entregar o BANESTADO, dar dinheiro de graça, subsidiado, para empresas multinacionais e quantas empresas paranaenses estão falindo, estão fechando suas portas...

Não tenho, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a menor dúvida que esses que praticam estes atos serão julgados, e serão julgados não só pelo povo do Paraná, mas certamente serão julgados na Justiça, pelos atos irregulares, ilegais e imorais que estão praticando, em nome do povo do Paraná.

Ninguém elegeu o Jaime Lerner para ele trair o povo, para entregar o patrimônio público, para beneficiar seus amigos empreiteiros e seus financiadores de campanha. Os números são escabrosos, e a realidade é inaceitável para que nós, paranaenses que nos acostumamos a ter uma Estado modelo no Paraná, sempre referência. Quem aqui já ocupou cargos públicos? O Deputado Nelson Justus foi Presidente da SANEPAR, sabia que quando sempre ia a Brasília, ou quando era solicitado por instituições internacionais, a SANEPAR sempre foi uma referência de boa empresa.

Assim era a área que tive o privilégio de dirigir - a COHAPAR, o BANESTADO, a COPEL. E o que assistimos hoje é a dilapidação do patrimônio público. É a entrega do patrimônio, que foi construído por gerações de paranaenses, que foi administrados por bons governadores, que muitas vezes, embora divergimos, há de se reconhecer que eram homens sérios, não estavam ligados a grupos econômicos.

Sempre fiz uma análise, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Paraná, ao contrário de outros Estados da União, de outros Estados, sempre teve o privilégio de ter tido como governadores, homens que eram desligados do grande capital, homens de classe média, homens que tinham, na verdade, um padrão de comportamento de con-

sumo que possibilitaria a eles viver dignamente com o salário de Governador, e como, naturalmente, depois na sua velhice, obviamente a indispensável pensão que o Estado pode oferecer. Mas não, o que estamos assistindo hoje? É o homem que tem vinculação com o poder econômico. É alguém que rompeu com a sua classe social e, na verdade, se ofereceu ao grande capital. É alguém que não governa o Paraná defendendo o interesse público, governa, isto sim, defendendo o interesse e o privilégio de uma minoria que vai enriquecer às custas da pobreza e da miséria do nosso pobre trabalhador volante. Vai enriquecer graças ao empobrecimento e a falência da pequena e média empresa e da agricultura paranaense.

Na verdade, este Governo já acabou. É um Governo vergonhoso!

Queria ver este Governo se não houvesse sido aprovada esta emenda da reeleição, que possibilita o uso abusivo da máquina pelo governo!

Hoje é dia 31 de março, imagino se pudéssemos estar vendo hoje, a dois dias do prazo de incompatibilização do atual Governador, certamente aqui nesta Casa os Senhores Parlamentares que dão sustentação a esse Governo, que estão naquela tribuna fazendo críticas profundas ao atual Governador. Porque o Estado que ele levou, Senhor Presidente, o nosso Paraná que tanto amamos, que tanto nós, na verdade, lutamos para construir um Estado justo, na verdade hoje, infelizmente, é um Estado falido, graças à incompetência, a improbidade. E, infelizmente, no caso de alguns funcionários e membros do primeiro e segundo escalão, a corrupção.

É, infelizmente, esse o quadro que vemos no Paraná.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta Casa tem que manter o BANESTADO como um Banco público, do povo paranaense. Não podemos aceitar esta venda, esta entrega do patrimônio público, porque Vossas Excelências certamente serão julgados no futuro, não é a simples troca como muitos fazem, Deputado Valdir Rossoni, pelo atendimento de emendas que o Governo faz do Orçamento que todos devem votar e aplaudir estas barbaridades que esse governo está fazendo. Isto nos envergonha a todos, e confesso que quando

vim para esta Casa, Presidente Anibal Khury, sempre tive a expectativa que, por maior que fossem as divergências políticas e ideológicas, nunca se trabalharia aqui contra o interesse público, e infelizmente tenho que reconhecer que estava errado.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI (Questão de Ordem) - Gostaria de noticiar a presença entre nós, das Pioneiras do Grupo de Escoteiros do Ar Santos Dumont, que prestigiam a Assembléia Legislativa, acompanhando os trabalhos, para conhecer o funcionamento da nossa Assembléia.

Estão presentes a Elisa Matsuno, a Simone Galeano e o Fernando Brodeschi, que acompanham aqui das galerias os nossos trabalhos. Às Pioneiras do Grupo de Escoteiros Santos Dumont!

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença destas ilustres pessoas anunciadas por Vossa Excelência.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o PMDB. PSN. PSDB. (Declinam).

Com a palavra o Deputado Horácio Rodrigues, pelo Projeto de Lei.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acompanhei pelos jornais - já que não estive na sessão de ontem - a discussão havida entre a venda do Banco do Estado do Paraná ou a não venda.

Quero dizer, em princípio, que o Projeto de Lei é contra a venda do Banco do Estado do Paraná. O Projeto de Lei sabe, lembra que a dívida do Banco também começou com a Cidade Industrial de Curitiba, por decisão do Governador Roberto Requião de Mello e Silva. Esta é a verdade, e foi uma boa que se fez para Curitiba. Antes, havia sido enviada uma mensagem dos Senhores Deputados e o Governador Álvaro Dias vetou. O Requião, quando Governador, se comprometeu e cumpriu.

Agora, o que não entendi, lamentavelmente, foi a posição do Senhor Senador, se verdadeira, que diz o seguinte, no jornal "O Estado do Paraná": "O acordo do BANESTADO com o Banco Central terá que ser respaldado por uma autorização da Assembléia Legisla-

tiva. A maioria do Governo na Assembléia foi questionada ontem pelo Senador Roberto Requião. A maioria do Lerner é do Anibal Khury. E não acredito que tenha tanto sem-vergonha na Assembléia, capazes de cometer um crime contra o Paraná! Tudo tem um limite." Está vendo aí como é o escorpião, o aracnídeo ex-Governador? Meu Deus do céu!

Tenho ouvido dizerem que o Projeto de Lei é da Bancada do Governo. O Projeto de Lei não deixou de votar nenhum Pedido de Informações. É só contar os votos, dá onze, dá dez. Não estamos amarrados nem com Lerner, nem com Álvaro, nem com Requião. Estamos amarrados ao povo do Paraná, estamos amarrados à Liderança séria que foi obedecida pelo então Deputado Roberto Requião, de Anibal Khury, este sim, deveria ser, na minha avaliação, o Governador do Estado do Paraná, porque a dos Senhores Deputados, com diferenças ou não com o Senhor Presidente, são amigos de Anibal Khury.

Eu, pessoalmente, sou amigo do Anibal, sem ser vassalo. Digo: Senhor Presidente, estamos criando municípios demais, sou contra, fiz lei... E ele tem a reputação de ter o maior número de municípios, alguns muito bons, como Umuarama, etc... Tenho defendido o funcionário público, quer dizer, questionado a administração, porque sou do tempo em que para entrar na casa do Deputado Anibal Khury - então cassado - tinha que passar pelo meio do mato. Agora, está tudo plaininho! Café da manhã, lá, você tem que chegar às sete horas, porque está cheio de puxa-sacos!

Agora, não posso entender como é que o Senador outra vez mais quer se fazer de herói, um homem que dizia que o Banco do Estado não tinha banqueiro, que era contra o homem do chapéu - que parece que agora tirou o chapéu e o estendeu à frente de todos! Política tem dessas coisas.

Lembro quando todos nós, Vereadores de Curitiba, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer - que é suplente da Prefeitura - e outros Vereadores, viemos aqui pedir aos Deputados que votassem a lei assumindo a CIC, que é uma boa coisa. Agora, não me venha Roberto Requião com essa conversa fiada, porque ele se elegeu a Deputado, brilhante Deputado, fez sete mil e

oitocentas leis - mais ou menos isso - sei que ele queimava pneu lá em praça pública dizendo: "O transporte é um roubo". Foi eleito por Maurício Fruet, que vai ser eleito Deputado Federal. E o que aconteceu, Presidente? Já no aeroporto ele chamou o Maurício de ladrão. Quer dizer, é um escorpião, não tenham dúvidas.

Quando ele disse assim, assustado: "Meu Deus, quem é que pegou dinheiro para a minha campanha?" O Maurício disse: "Foi você mesmo quem mandou pegar". Ele disse: "É mentira!" Eu estava nesta reunião, porque tinha ido a favor do Roberto Requião e disse: "Prefeito Roberto de Mello e Silva, Prefeito que depois recebeu o 13º salário sem poder, Prefeito, o senhor mandou pegar o dinheiro do transporte coletivo e tenho assinatura de cinco ex-Vereadores do PMDB." Então, são estas coisas - me desculpe a Bancada do PMDB, sem agressão nenhuma aos meus amigos os quais respeito - que não conseguimos entender, lá fora um discurso: "O Zé Eduardo é ladrão, o Zé Eduardo é ladrão!" Agora, vai lá o Zé Eduardo não poder fazer um acerto, PTB e tal, na realidade ninguém pensou nos nanicos, e sou um do Partido nanico com um metro e oitenta e dois, temos quase quatro minutos de televisão e a conversa, Senhor Presidente, vai ser muito séria!

Por falar em seriedade, fiz um Requerimento pedindo que se abra a conta do Deputado Florisvaldo Fier para saber se ele se apropria ou não do dinheiro dos seus funcionários. Se for mentira o que estou dizendo, evidentemente que virei aqui humildemente pedir desculpas, porque tenho um filho, tenho mais outro filho no meu gabinete - afinal de contas eu posso ter, tenho nove filhos, peguei sete para criar, ajudo várias instituições. Agora, como tem oposição boa, séria como é a do meu amigo Ângelo Vanhoni, tem aquela oposição assim que tira a fórceps, faz aborto, aquela parte ruim da medicina, coisa que vamos conversar em época oportuna.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) -
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na legislatura passada, o Deputado Lourenço Fregonese apresentou um Projeto de Lei no qual estabelecia que

nenhum cidadão em cargo público teria sigilo bancário. Acho que o Deputado Valdir Rossoni, Nelson Justus e outros colegas Deputados lembram disso. Naquela ocasião apoiamos o Projeto de Lei do Deputado - me parece que foi arquivado por questão de inconstitucionalidade.

O Requerimento desse teor, se estiver na Mesa, quero dizer a todos os Senhores Deputados que sou favorável. Mas, acho que poderíamos hegemonizar, fazendo o de todos. No meu gabinete não existe nepotismo.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Senhor Presidente, questão de ordem.

A minha esposa trabalha no meu gabinete, das sete horas da manhã até as sete horas da noite, atendendo duas creches.

Abram a minha conta! E já peço que cubram o saldo devedor.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Concedo a palavra, no Horário do Parlamentares, ao Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos repudiar as atitudes do Deputado Horácio, que demonstra o baixo nível da política que se faz nesta Casa, às vezes.

Ainda acredito - e o Parlamentares acredita - que a política ainda possa ser exercida com o mínimo de grandeza.

O Deputado Romanelli subiu a essa tribuna para falar dos interesses do Estado, de coisas grandes, que dizem respeito ao nosso passado e futuro. Coisas que significam a história do nosso Estado; denunciar a feroz corrupção do Governo.

Em todos os momento subi nesta tribuna e perguntei: será que o Paraná não sabe cobrar pedágio? É incapaz de cobrar pedágio, porque tem que entregar até cobrança de pedágio para grupos econômicos, quando todos sabemos que se o Governo cobrasse desde já nas estradas e criasse um fundo rodoviário, ele iria fazer as obras necessárias na metade do tempo e na metade do custo. Porque os recursos da sociedade estão sendo apropriados pelo Governo a benefício da sociedade.

Um Governo que dá milhões e milhões de reais para estatal francesa, sem fazer uma análise de conjuntura correta. Será, meu Deus do céu, que de repente vai chover leite e mel e a população brasileira vai poder comprar mais carros? De onde ela tem dinheiro para comprar mais carro? No Brasil já existe Wolkswagen, uma série de empresas montadoras, e será que só porque a Renault e a Chrysler vem para o Paraná o poder de consumo do nosso povo vai aumentar? De repente, ao invés de 30% comprar carro, 50% vai comprar carro? Será que as pessoas não percebem que isso é uma falácia? Que jamais a Renault vai gerar 1.200 empregos? Isso é mentira!!

E no entanto, são bilhões de reais, como disse o Deputado Romanelli, para as grandes montadoras, e se destrói um Banco que é patrimônio público! Conversava há pouco com um dos diretores do Banco, e ele me dizia que em mais de cem municípios do Paraná a única agência bancária que existe é do BANESTADO, que capta poupança social e como não tem objetivo de lucro, ele distribui o lucro através do crédito, através do fomento aos pequenos proprietários, aos pequenos industriais. E esse Governo, de forma criminosa, destrói um Banco, que dá bilhões de reais para grandes grupos econômicos!

Não podemos aceitar que num debate deste nível o Deputado Horácio Rodrigues venha aqui atacar, de forma desleal, deselegante, baixa e descortês, um companheiro de Bancada! Não podemos aceitar!

Conheço a vida do Doutor Rosinha e temos, inclusive, diferenças na condução da política, dentro do Parlamentares, democráticas. Mas sei quem é o Doutor Rosinha, que ganha R\$ 2.000,00 por mês! O salário dele é R\$ 2.000,00! O seu salário, feito num acordo de grupo coletivo da tendência que ele participa, é esse grupo que define o salário do Parlamentar Doutor Rosinha! Isso não acontece comigo, nem com o Ângelo, nem com o Colombo, mas acontece com o Doutor Rosinha pelo grupo político e pela concepção ideológica com que ele tem exercido o mandato.

Por favor, Deputado Horácio Rodrigues, senão é folia e loucura o que o senhor está fazendo aqui. O senhor tem um problema passional com o Roberto Requião, já disse, psicanalista

explica isso! Agora, não sabia também que o senhor tem problema passional com o Rosinha!

Tenha grandeza nesta Casa, senhor Horácio Rodrigues e faça um Projeto de Lei, não citando Parlamentar como o Doutor Rosinha, faça acabando com o sigilo bancário de todos os Parlamentares desta Casa e a Bancada do Parlamentares vai votar, voto por voto, a favor de seu projeto. Mas não venha rebaixar o nível desta Casa de Leis!

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, não quis ofender nenhum Deputado. Se o Requerimento está mal escrito, peço que abram a conta de todos os Deputados e funcionários. Pronto, só isso!

Porque tenho recebido queixa no meu gabinete, não tenho nada contra o Doutor Rosinha. Só não posso admitir, Deputado de Ponta Grossa, que um cidadão suba à tribuna para dizer que eu, quando estava doente, recém operado, trabalhamos no Natal e no Ano Novo, procuramos fazer uma coisa séria, não dando razão a ninguém, tentando fazer uma coisa séria, e ser chamado de mentiroso! Ah, isso não!!

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Está encerrada Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 013/98, subscrita pelo Senhor Governador do Estado do Paraná, constante do expediente, solicitando a essa augusta Assembleia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para se afastar do País, entre o dias 03 a 08 de abril próximo, com destino à França, a fim de, como convidado de honra, comparecer à Feira Internacional de Rouen, oportunidade em que, também, serão feitos contatos com vistas ao trato de assuntos de interesse do Estado do Paraná. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de decreto legislativo, de autoria da Comissão Executiva,

constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, requer a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para aprovação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Decreto Legislativo nº 002/98, constante da presente Ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de discussão e votação, acima aprovado:

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/98, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza o Senhor Governador Jaime Lerner e a Senhora Vice-Governadora Emilia de Salles Belinati, ausentar-se do País. **Aprovado.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/98

Súmula: Autoriza o Senhor Governador Jaime Lerner e a Senhora Vice-Governadora Emilia de Salles Belinati, ausentarem-se do País.

Data: 31 de março de 1998.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 173 da Constituição Estadual combinando com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Ficam autorizados o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, e o Senhora Emilia de Salles Belinati, Vice-Governadora do Estado, ausentarem-se ao País, até 31 de dezembro de 1998, com destina ao Paraguai, Argentina e Uruguai, quando no interesse da administração, venham ser necessárias viagens com destino a esses países, para tratar de assuntos referentes ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Parágrafo Único - A cada afastamento de que trata o "caput" do art. 1º, o Senhor Governador ou a Senhora Governadora do Estado comunicará prévia e expressamente à Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO",
em 31 de março de 1998.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do

Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/98, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Escola de Esportes e Atletismo Bairro Alto - EEABA, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL, APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/97, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial do Estado do Paraná de veículos e da outra providências. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 147/97, de 16.09.97).

Em votação.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Fenilcetonúricos e Hemocistinúricos - AFEH, com sede e foro na Cidade de Curitiba/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar meu voto contrário a este projeto.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, solicito que esse projeto seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, para que possa ser analisado.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/98, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Castro, com sede e foro no Município de Castro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Esta Comissão tem reunião toda as terças-feiras, tem dado quorum. Inclusive trabalhamos hoje, projetos de urgência têm passado por lá. Sendo assim, não vejo necessidade de entrar na Ordem do Dia sem os pareceres, uma vez que hoje entrou uma Mensagem Governamental em regime de urgência. O Líder do Governo, como relator, relatou, o Presidente concordou em fazer as Sessões Extraordinárias na data de amanhã, para que o projeto voltasse. Não foi necessário porque durante os trabalhos, analisamos e concordamos com o parecer.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/98, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Então, requeiro que esse projeto também passe pela Comissão de Constituição e Justiça, que é a oportunidade de debater a constitucionalidade dele.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação da Casa de Repouso Vovó Joana, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto já figurou na pauta por três sessões, está em regime de urgência e por consequência será votado hoje. Mas, após a votação desse projeto, encaminharemos à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/98, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a Associação das Mulheres Trabalhadoras e Artesões - AMARA, com sede e foro no Município de Atalaia.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, encaminhando o projeto de autoria do Deputado Neivo Beraldin, quero manifestar a posição contrária, por se tratar de um projeto que estabelece que os carros

do Estado do Paraná, passarão em 5 anos a serem movidos a álcool.

A administração pública não pode ficar engessada por um projeto de lei, do ponto de vista da sua mobilidade, da sua capacidade de adquirir frota movida a combustível: óleo diesel, gasolina ou a álcool, conforme queira.

Poderia este Parlamento sugerir ao Governo preferencialmente, ou a lei tratar das preferências. Neste caso, estaremos nitidamente ajudando aqueles que produzem o álcool. E todos sabem que o carro a álcool em diversas situações, não tem tecnologia suficiente para a tração.

É por isso que muitas vezes o Poder Público é engessado, porque não tem mobilidade, agilidade, a lei não permite - sabemos disso.

Então, quero manifestar a minha posição contrária, porque hoje a lei não proíbe o Estado a usar o álcool, como qualquer outro combustível. Inclusive, saiu reportagem recente que está havendo carro a ar comprimido. Aí o Estado do Paraná não vai poder usar o carro a ar comprimido, porque tem que ser a álcool.

Então, parte do princípio do engessamento da máquina pública na sua flexibilidade, na mobilidade necessária para atendimento das necessidades do povo paranaense. Por isso o meu voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Queria dizer o seguinte, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Que, embora de pouca eficácia pela forma da apresentação da lei, e até obviamente por não conhecer todos os meandros da apresentação desse projeto, há de se reconhecer a iniciativa do Deputado Neivo Beraldin um fato positivo. Combustível renovável é o melhor caminho que já viabilizou aqui no Brasil um grande programa que foi o Pró-Álcool. Certamente, é muito interessante o Projeto do Deputado Neivo Beraldin.

Creio que a administração pública poderia sim, trabalhar com esse combustível, porque o Paraná é um grande produtor de álcool e é de interesse, sem dúvida, da economia do Estado do Paraná.

Por isso que apoio o Projeto. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação ao Projeto de Lei nº 462/97.

Aprovado.

O Projeto retornará à Comissão de Constituição e Justiça.

Com voto contrário do Deputado Edgar Bueno, Cezar Silvestri e do Deputado José Tavares.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 577/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor ANTONIO ERMÍRIO DE MORAES. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 181/97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 577/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo conceder título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ANTONIO ERMÍRIO DE MORAES.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 736/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição do DETRAN-CIRETRAN, no Município de Carambei. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. Aprovado. (Publ. no D. A. nº 232/97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 736/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Anibal Khury, visa autorizar o Poder Executivo a criar Circunscrição do DETRAN/CIRETRAN, no Município de Carambei.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com

relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 736/97

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição do DETRANCIRETRAN, no Município de Carambeí.

Sobre a matéria, podemos contar já existir o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos legal, constitucional e regimental.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, não encontrou nada que possa impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos deste Poder.

Sendo assim, emitimos nosso Parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.03.98.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 034/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/98, onde fica instituída a ECOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, vinculada, por cooperação, à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - SEET. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

PROJETO DE LEI Nº 034/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

TÍTULO I

DA NATUREZA E DOS FINS

Art. 1º - Fica instituída a ECOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, tendo por finalidade o planejamento, a promoção e o gerenciamento de projetos e ações relacionados ao turismo, com ênfase ao turismo ecológico, como instrumento para a proteção e preservação do meio ambiente, em cooperação com o Poder Público, atendidas as condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo Único - Entende-se como turismo ecológico a atividade turística que utiliza de forma sustentável áreas que integram o patrimônio natural e cultural, público e privado, incentiva a sua conservação, busca a formação de uma consciência ambientalista de preservação e interpretação do meio ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Art. 2º - A ECOPARANÁ tem por objetivo:

- I - planejar, promover e gerenciar projetos e ações relacionadas ao turismo, com ênfase ao turismo ecológico;
- II - implementar ações que assegurem o fomento e o desenvolvimento do turismo, através da execução de atividades de atração, incentivo à criação, ampliação e preservação de empreendimentos, bem como a disponibilização e exploração de áreas de interesse;
- III - implantar programas e projetos de estímulo à atividade econômica, em especial ao turismo ecológico, de acordo com a política estadual existente;
- IV - gerir instrumentos de natureza física, financeira e institucional que lhe forem atribuídos;
- V - prestar apoio tecnológico e proporcionar estímulos de natureza física, financeira e de infraestrutura aos empreendimentos instalados e aos que serão implantados;
- VI - adquirir e alienar por compra e venda, locar, arrendar, bem como propor ao Governo do Estado, a desapropriação de imóveis necessários à consecução de seus objetivos;
- VII - firmar convênios, acordos ou ajustes com os municípios para controle do uso e ocupação do solo,

através de aprovação de projetos públicos e privados que nela serão implantados;

VIII - celebrar convênios, acordos, ajustes ou contratos com outras instituições públicas ou privadas, com objetivo de garantir a qualidade ambiental e a promoção de desenvolvimento nas áreas e regiões relacionadas aos projetos.

TÍTULO II

DO MODELO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I

DO MODELO INSTITUCIONAL

Art. 3º - A ECOPARANÁ se vincula por cooperação, à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - SEET, que se incumbirá de supervisionar a sua gestão e administração, observadas as orientações normativas que emitir, e em conformidade com o Contrato de Gestão que o Estado subscrever na forma da lei.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - A direção superior da ECOPARANÁ é constituída, respectivamente:

- I - Pelo Conselho de Administração, de natureza deliberativa, consultiva, de controle e normativa;
- II - pela Diretoria Executiva.

Art. 5º - O Conselho de Administração é composto por onze (11) membros:

- I - Representantes do Poder Público:
 - a) um representante da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo;
 - b) um representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
 - c) um representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano;
 - d) um representante da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico;
- II - Representantes de entidades da sociedade civil:

- a) um representantes da Associação dos Municípios do Estado do Paraná;
- b) um representante de entidade vinculada à atividade de turismo;
- c) um representante do IPD - Instituto Paraná Desenvolvimento.

III - Membros eleitos:

- a) três (3) membros eleitos pelos demais integrantes da Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- b) um membro indicado ou eleito na forma estabelecida pelo Estatuto.

§ 1º - O Presidente do Conselho, eleito na forma do Estatuto, participará das reuniões do Conselho, com direito a voto singular e de qualidade;

§ 2º - Os membros do Conselho de Administração terão mandato de 04 (quatro) anos, admitida uma recondução.

§ 3º - O primeiro mandato de dois membros representantes do Poder Público, de um dos membros representantes da sociedade civil e de dois membros eleitos será de dois (2) anos, segundo critérios de escolha estabelecidos no Estatuto.

§ 4º - O Presidente e os membros do Conselho de Administração não perceberão qualquer remuneração ou vantagem pelos serviços prestados à ECOPARANÁ, que serão considerados de relevante interesse público.

§ 5º - Os Conselheiros eleitos ou indicados para integrar a Diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 6º - Compete ao Conselho de Administração:

- I - definir objetivos, diretrizes e metas de atuação da ECOPARANÁ, atendendo à finalidade e objetivos para a qual foi instituída, expressos nos artigos 1º e 2º desta lei;
- II - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o seu programa de investimentos;

- III - designar e dispensar os membros da Diretoria Executiva;
- IV - fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva;
- V - aprovar e dispor sobre a alteração dos Estatutos da entidade e a sua extinção, por maioria absoluta de seus membros;
- VI - aprovar o Regimento Interno da entidade, que disporá sobre a sua estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivos competências, e o seu funcionamento;
- VII - aprovar, por maioria absoluta de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienação e o plano de carreira, cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;
- VIII - aprovar o Contrato de Gestão da entidade;
- IX - aprovar e encaminhar ao órgão supervisor, a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria Executiva; e
- X - fiscalizar, com o auxílio de auditoria externa, o cumprimento de seus objetivos, diretrizes, orientações e metas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade;
- XI - aprovar o Regimento Interno do Conselho.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 03 (três) vezes ao ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação de seu Presidente ou da maioria absoluta de seus membros.

Art. 7º - A Diretoria Executiva é o órgão executivo da ECOPARANÁ, cabendo-lhe implementar as determinações e orientações do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - A Diretoria Executiva será composta por um Superintendente e, no máximo, por cinco (5) Coordenadores, de modo a atender as necessidades administrativas da Entidade, com atribuições definidas no Estatuto da ECOPARANÁ.

TÍTULO III

DO ESTATUTO E DO REGISTRO

Art. 8º - O Conselho de Administração aprovará, por proposta do Superintendente da ECOPARANÁ, o Estatuto da entidade, que será submetido à deliberação do Governador, para homologação, mediante ato próprio.

§ 1º - Aprovado o Estatuto, o Presidente e o Secretário do Conselho de Administração, procederão à elaboração dos atos jurídicos que se fizerem necessários para concretizar a instituição estipulada nesta lei, promovendo o seu registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

§ 2º - A reforma do Estatuto depende de proposta do Superintendente, da Diretoria Executiva ou de membro do Conselho de Administração.

§ 3º - As alterações do Estatuto da entidade, após serem aprovadas pelo Conselho de Administração e homologadas pelo Governador, serão levadas a registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por ato do Presidente e Secretário do Conselho de Administração.

TÍTULO IV

DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Contrato de Gestão com a ECOPARANÁ.

§ 1º - Contrato de Gestão, para os efeitos desta lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência das Secretarias de Estado da Fazenda e do Esporte e Turismo, e a ECOPARANÁ, por intermédio de seus representantes legais.

§ 2º - O Contrato de Gestão, elaborado de comum acordo com a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, órgão supervisor, e a ECOPARANÁ, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade, com vistas à formação de parceria entre as partes para o fomento e execução das atividades relacionadas nos artigos 1º e 2º desta lei.

§ 3º - O Contrato de Gestão será firmado até 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei.

§ 4º - Na elaboração do Contrato de Gestão, deve ser assegurada a plena autonomia técnica, administrativa e financeira da entidade, com a observância dos princípios da legalidade, impessoabilidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

- I - fixar, de modo objetivo, as metas a serem, atingidas, a execução e os prazos inerentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo da entidade, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho;
- II - permitir à Diretoria Executiva contratar, administrar e dispensar recursos humanos para todas as atividades da entidade, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como, de seus produtos e serviços;
- III - permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de materiais e serviços, mediante procedimentos licitatórios simplificados;
- IV - fixar as condições de remuneração e de repasse de receitas financeiras da entidade.

§ 5º - A ECOPARANÁ fará publicar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do Contrato de Gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para contratação de obras e serviços, bem como compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

§ 6º - O Contrato de Gestão, que terá prazo de 20 anos, poderá ser modificado no curso de sua execução, de comum acordo entre as partes que o subscreverem, para incorporar ajustes aconselhados pela supervisão.

Art. 10 - A ECOPARANÁ, fica declarada como entidade de interesse social e Utilidade Pública, para todos os efeitos legais, inclusive tributários.

Art. 11 - Poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do Contrato de Gestão.

§ 1º - O Contrato de Gestão assegurará a liberação orçamentária integral necessária ao cumprimento de seus objetivos, a respectivas liberação financeira, de acordo com o cronograma financeiro aprovado para cada exercício, ressalvadas as hipóteses de inadimplência com o Poder Público ou descumprimento do Contrato de Gestão.

§ 2º - Os bens de que trata este artigo serão destinados mediante permissão, concessão, cessão de uso ou doação, consoante cláusula expressa do Contrato de Gestão.

Art. 12 - A Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional fica dispensada de processos licitatórios para celebrar contratos de prestação de serviços com a ECOPARANÁ, para atividades contempladas no Contrato de Gestão.

TÍTULO V

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 13 - As contas da ECOPARANÁ deverão ser aprovadas, anualmente, pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1º - A ECOPARANÁ encaminhará, anualmente, à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, autoridade supervisora, que enviará à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, até o dia 31 de março de cada ano, relatório circunstanciado sobre a execução de seus planos, programas, projetos, atividades, produtos e serviços expressos em planos de ação, planos anuais e plurianuais e nos correspondentes orçamentos, com a prestação de contas dos recursos neles aplicados, a avaliação do andamento do Contrato de Gestão e as análises dos desempenhos gerenciais.

§ 2º - Por deliberação do Conselho de Administração, ou determinação do Superintendente, serão processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.

TÍTULO VI

DAS RECEITAS

Art. 14 - Constituem receitas da ECOPARANÁ:

- I - dotações orçamentárias que lhe destinar o Poder Público Estadual ou outras entidades governamentais, na forma do Contrato de Gestão;
- II - subvenções sociais que lhe transferir o Poder Público Estadual nos termos do Contrato de Gestão;
- III - empréstimos, doações, legados, auxílios, contribuições e outras subvenções de entidades pública ou privadas e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais;
- IV - recursos provenientes da venda de imóveis, móveis, produtos e da prestação de serviços;
- V - recursos provenientes de fundos especiais;
- VI - rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob sua administração;
- VII - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes, contratos, participação e parcerias celebrados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- VIII - outros recursos que lhe venham a ser destinados.

TÍTULO VII

DO REGIME JURÍDICO DOS EMPREGADOS

Art. 15 - As ações da ECOPARANÁ, compreendendo todas as atividades técnicas e administrativas atinentes aos programas, planos, projetos, produtos e serviços sob sua responsabilidade, serão exercidas e desempenhadas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ou por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, observada a legislação pertinente.

TÍTULO VIII

DO PATRIMÔNIO

Art. 16 - O patrimônio da ECOPARANÁ será constituído:

- I - pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vierem a lhe ser incorporados;
- II - pelos legados, doações e heranças que receber de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, nacional ou internacional; e

III - por quaisquer outros bens e direitos que vierem a se incorporar à ECOPARANÁ.

Art. 17 - Em caso de extinção da ECOPARANÁ, os seus bens e direitos reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná e/ou dos municípios, na proporção dos recursos e bens alocados.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.98.

(a) Poder Executivo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 034/98

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 05/98, que tem por objetivo instituir a ECOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado sob a modalidade de serviço social autônomo, vinculada por cooperação à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BÁSILIO ZANUSSO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando que o Projeto de Lei nº 034/98, seja encaminhado à Comissão de Turismo desta Casa, para que seja analisado e seja oferecido um parecer.

Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Gostaria que registrasse, por considerar inconstitucional, o Projeto de Lei nº 034/98. Muito obrigado.

O SR. FLORISVALDO FIER (Para Encaminhar) - Gostaria de registrar o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) -
O voto contrário da Bancada do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O
Projeto irá à Comissão de Turismo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 033/97

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo autorizar a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Ferraria, desmembrado do Município de Campo Largo, conforme divisas e confrontações abaixo descritas.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade e legalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões.

Aprovado.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - É o projeto com referência ao Município de Ferraria?

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) -
Estivemos conversando com o Deputado Plauto Miró, para que esse projeto fosse incluído na pauta de terça-feira próxima.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) -
Quero deixar bem claro a minha posição com relação ao projeto do Deputado Neivo Beraldin, que visa obrigar o uso do álcool na frota oficial do Estado do Paraná.

Desde que cheguei a essa Casa sempre fui um ardoroso defensor do Pró-álcool. Nos oito anos que fiquei no Congresso Nacional, sempre me liguei àqueles que defendiam o Pró-álcool como uma alternativa, não só econômica, como ambiental, para o nosso País. Hoje, mais do que nunca e há muito tempo atrás daquela tribuna, fiz um pronunciamento defendendo o apoio, a manutenção e a reestruturação do Pró-álcool como uma alternativa econômica e social para o nosso País.

Por essa razão quero deixar bem claro a minha posição favorável. Sou de uma região produtora de cana, tenho ligações pessoais com cooperativas da região que produz, que gera emprego e renda para o nosso Estado e, consequentemente, para que não haja nenhuma dúvida quanto à minha posição, meu voto é favorável à aprovação do projeto do Deputado Neivo Beraldin.

O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem) - Só para fazer um registro aqui, porque fui uma das pessoas que registrei o voto contra do Deputado Tavares, mas registrei porque o Tavares levantou na hora em que três manifestações apareceram nesta votação.

Então, fica logicamente com a palavra e a decisão, com o Deputado Tavares.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Com relação ao Requerimento do Deputado Plauto Miró, do Projeto de Lei nº 033/97, do Deputado Duílio Genari, foi votado o Requerimento ou não? Só sete foram acordados, não houve votação. Pergunto porque é de extrema importância para a comunidade de Ferraria este projeto, só para colocar para o Deputado Plauto Miró. O Deputado Plauto Miró poderia até repensar o Requerimento dele.

Obrigado, Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Fica, portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões, do Projeto de Lei nº 033/97.

Sobre a mesa, Requerimento nº 407, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) -
Gostaria que Vossa Excelência desse ciência à Casa, a que se refere este Projeto de Lei, para o qual se pede Regime de Urgência.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
(Lê o Projeto de Lei nº 69/98.)
Em votação.
Aprovado.

Requerimento nº 402, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 406 e 409, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 403 a 405, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 408, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa.**

Requerimentos nºs 416 e 418, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 419, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 424, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 425, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 426, de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Requerimento nº 430, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 395, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Para Encaminhar, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Em votação o Requerimento.
Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 660, 682/97; 022 e 037/98.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/98.

Marco, ainda, uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 01, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 012/97.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 577, 660, 682, 736/97; 022 e 037/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 652/97; 020 e 069/98.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/98.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezoito dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e oito, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, na Sala de Reuniões, com as presenças dos Deputados José Tavares, Presidente da Comissão, e dos Deputados Péricles H. de Mello, Toti Colaço e Élio Lino Rusch. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, colocando em pauta uma programação de trabalhos da comissão, que foi aprovada por unanimidade, em seguida, distribuiu denúncias recebidas pela comissão aos Senhores Deputados e marcou as reuniões da comissão para todas as quartas-feiras, às 9:00 horas. Ficou, também, acertado que a Comissão convidará o Magnífico Reitor da Universidade de Maringá para prestar depoimento sobre denúncias de violência ocorrida no "campus" daquela instituição de ensino superior. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinado pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais .


Severo Olimpio Sotto Maior
Secretário


JOSÉ TAVARES
Presidente

13ª. LEGISLATURA - 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA**4ª. ATA ORDINÁRIA****31 DE MARÇO DE 1998**

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Carlos Simões, Walmor Trentini, Eduardo Trevisan, Cesar Seleme, Florisvaldo Fier, José Maria Ferreira e mais os Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Zuk e Nelson Tureck. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº. 069/98 de autoria do Poder Executivo que autoriza o Poder Executivo a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias a Entidades da Administração Indireta do Estado, em financiamentos

junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 150.000.000,00, para execução de Programas de Atendimento Habitacional através do Poder Público, no período de 1998 a 2002. Parecer favorável do Deputado Valdir Rossoni. O Deputado Florisvaldo Fier solicita vistas. O Senhor Presidente esclarece que a matéria está em Regime de Urgência, mas determina a retirada de pauta, transferindo para o final da reunião; 02) Projeto de Lei nº. 060/98 de autoria do Deputado Aníbal Khury que declara de utilidade pública a Igreja Evangélica Pentecostal Povo Unido, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 03) Projeto de Lei nº. 057/98 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti que declara de utilidade pública a Associação de moradores dos Conjuntos Habitacionais Vila Verde III, IV e Arredores, com sede e foro no Município de Santa Tereza do Oeste. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 04) Projeto de Lei nº. 670/97 de autoria do Deputado José Tavares que declara de utilidade pública a Sociedade Amigos do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, com sede e foro no Município de Londrina. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 05) Projeto de Lei nº. 728/97 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Paulo VI, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 06) Projeto de Lei nº. 068/98 de autoria do Deputado Antonio Anibelli que declara de utilidade pública a Associação Clevelandense de Idosos, com sede e foro na Comarca de Clevelândia. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 07) Projeto de Lei nº. 066/98 de autoria do Deputado Aníbal Khury que declara de utilidade pública a Confederação Brasileira de Canoagem, com sede e foro no Município de Estrela do Sul, Rio Grande do Sul. Parecer favorável do Deputado Carlos Simões - Aprovado; 08) Projeto de Lei nº. 677/97 de autoria do Deputado Toti Colaço que Autoriza o poder Executivo a estadualizar trecho da estrada que faz a ligação do Município de Rebouças à Localidade de Marmeleiro na estrada estadual de Riozinho a São Mateus do Sul, numa extensão de 15 Km. Concedido vistas ao Deputado Valdir Rossoni; 09) Ofício nº. 004/98 enviado pelo Conselho Regional de Técnicos de Segurança do Trabalho do Paraná, solicitando que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná regule o Conselho. Concedido vistas aos Deputados José Tavares e Florisvaldo Fier. O Senhor Presidente determina a entrega de cópias da matéria para os integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça; 10) Projeto de Lei nº. 709/97 de autoria do Deputado Sergio Spada que autoriza a implantação na UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu do Centro de Estudos das Relações do Trabalho no MERCOSUL. Concedido vistas aos Deputados Valdir Rossoni e Florisvaldo Fier; 11) Projeto de Lei nº. 009/98 de autoria dos Deputados Luiz Carlos Zuk, Marquinhos Alves, Edgar Bueno e José Tavares que dispõe sobre a Reeleição de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná. Parecer favorável à emenda na forma de subemenda anexa do Deputado Cesar Seleme - Aprovado; 12) Projeto de Lei nº. 020/98 de autoria do Deputado Durval Amaral que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Cambé. Parecer favorável do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado José Tavares - Aprovado; 13) Projeto de Lei nº. 443/97 de autoria do Deputado Geraldo Cartário que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município Agudos do Sul o imóvel doado à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. Parecer favorável do Deputado José Tavares à emenda de Plenário - Aprovado; 14) Projeto de Lei nº. 039/98 de autoria do Deputado Aníbal Khury que altera a redação dos incisos I e IV, do artigo 2º, da Lei nº. 6.938, de 21 de outubro de 1977, que institui o Fundo Paranaense de Mineração. Parecer favorável do Deputado Geraldo Cartário - Aprovado; 15) Projeto de Lei nº. 662/97 de autoria do Deputado Neivo Beraldin que concede título de Cidadã Honorária do Paraná para a

Senhora Anice Aboulhossem Nessmar. Parecer favorável do Deputado Florisvaldo Fier - Aprovado; 16) Projeto de Lei nº. 668/97 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que autoriza as prefeituras municipais a comercialização de propagandas comerciais nos ônibus da Rede Escolar. Parecer contrário do Deputado Florisvaldo Fier - Aprovado; O Deputado Florisvaldo Fier devolve o Projeto de Lei nº. 069/98 (item nº. 01). O Senhor Presidente coloca em votação o parecer favorável do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado; 17) Projeto de Lei nº. 722/97 de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró, Ademar Traiano e Outros que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ministro Pedro Sampaio Malan. Parecer favorável do Deputado Basílio Zanusso, lido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães - Aprovado; 18) Projeto de Lei nº. 720/97 de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Plauto Miró e Outros que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senador José Fogaça. Parecer favorável do Deputado Plauto Miró Guimarães. -Aprovado, com voto contrário do Deputado Toti Colaço e contrário com restrições do Deputado Florisvaldo Fier; 19) Projeto de Lei nº. 359/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Carlos Alberto Grolli. Parecer favorável do Deputado Basílio Zanusso, lido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães - Aprovado; 20) Projeto de Lei nº. 011/98 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Anunciação dos Santos. Parecer favorável do Deputado Basílio Zanusso, lido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães - Aprovado; 21) Projeto de Lei nº. 016/98 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Carlos Marchioro. Parecer favorável do Deputado Basílio Zanusso, lido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães - Aprovado; 22) Projeto de Lei nº. 027/98 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Arleto Zacarias Silva Junior. Parecer favorável do Deputado Basílio Zanusso, lido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães - Aprovado; 23) Projeto de Lei nº. 743/97 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que autoriza o Poder Executivo transferir a doação de imóvel concedida pela Lei nº. 642, de 07 de abril de 1951. Parecer favorável do Deputado Toti Colaço - Aprovado; 24) Projeto de Lei nº. 007/98 de autoria do Deputado Horácio Rodrigues que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Ary de Christian. Parecer favorável do Deputado Toti Colaço - Aprovado; 25) Proposição Veto nº. 001/98 de autoria do Deputado José Maria Ferreira que cria o Programa Estadual de Incentivos Fiscais para a informatização das escolas da Rede Publica de Ensino e das Entidades Filantrópicas. Parecer favorável do Toti Colaço Deputado - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que

após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lucia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

JOEL COIMBRA

Presidente

ANA LUCIA ANDRETTA

Secretária